

FTIGESP NEWS // Abril ameaça salário e direitos dos gráficos da editora e do Estadão

, 18 Dezembro 2017 - 04:59:00

Até agora, apesar do ano terminar em breve e a data-base da classe ser em 1º de outubro, somente a Folha finalizou a negociação da campanha salarial 2017 dos gráficos de jornais e revistas da capital. A Folha fechou um acordo direto com o STIG Barueri - entidade sindical da cidade onde fica o parque gráfico da empresa. Já o jornal Estadão e a Editora Abril, ambos que pertencem ao mesmo sindicato patronal da Folha e de mais jornais (Sindjore), continuam indefinidos e pode virar o ano sem solução. O novo impasse foi gerado diante da pressão, exercida sobretudo pela Abril, contra pisos salariais, PLR e outros direitos dos gráficos do setor. A Federação Paulista da classe (Ftigesp), órgão incumbido pelo STIG-SP para conduzir as negociações, não abre mão das condições atuais.

"Querem regulamentar na Convenção Coletiva de Trabalho da classe uma parte da absurda lei da reforma trabalhista. Querem a permissão de contratar gráficos na condição de intermitente e parcial, sem que tenham nenhum dos direitos da respectiva convenção. Exigem ainda a saída de profissionais do piso salarial. Retiram funções que abrangem justamente a maioria dos gráficos, criando um novo piso com um valor menor para eles", destaca Leonardo Del Roy, presidente da Ftigesp. O patronal que quer criar um piso de R\$ 1.230 para os ajudantes e auxiliares de Remessa ou Acabamento. O valor é inferior ao atual piso (R\$ 1.538,56). De acordo com a característica de cada empresa, o dirigente avalia que as exigências vêm da Abril, não sendo justo uma empresa pautar a vida das demais na convenção, a fim de impor prejuízo para todos os gráficos.

Assim, se depender da Ftigesp, essa proposta não será aceita por ser injusta e imoral. Tudo aumenta. É só ver o gás de cozinha, gasolina, aluguel, médico. E a campanha salarial é para reajustar a remuneração e não o contrário. O mesmo deve ocorrer com os direitos. Del Roy conta que o patronal absurdamente, com base na lei da reforma trabalhista, válida depois da data-base da categoria, continua querendo tirar direitos da convenção coletiva da classe. A PLR é um dos direitos na mira deles. Impõem novas regras de meta inalcançáveis de modo que a inviabiliza.

"Outro absurdo é exigir na nossa convenção a regulamentação de novos contratos precários da reforma trabalhista. Se a editora Abril ou outra empresa querem partir para essas modalidades inseguras juridicamente, que se arrisquem, pois acionaremos a Justiça, mas jamais daremos aval em uma convenção, que, por sinal, tem data-base anterior a reforma" diz Del Roy. Portanto, o dirigente defende que a convenção seja renovada como está e essas empresas tratem de questões específicas com cada STIG responsável. Possivelmente, a campanha não terminará em 2017.